

A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade¹

*The urban hospitality: access, legibility
and identity*

Lucio Grinover²

RESUMO: O artigo apresenta o desejo de discorrer sobre o fato de que uma cidade é, ou não, hospitaleira em função da coexistência de três dimensões fundamentais: a acessibilidade, a legibilidade e a identidade, intimamente relacionadas pela “escala”, pelas medidas geográficas e temporais, que proporcionam a compreensão da cidade, seja para o habitante, seja para quem dela se aproxima, nela se introduz e dela se apropria. A hospitalidade supõe a acolhida; é uma das leis superiores da humanidade, é uma lei universal. Acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no

¹ Este artigo faz parte da obra *A hospitalidade, a cidade e o turismo*, do mesmo autor, da Editora Aleph, no prelo.

² Doutor, Livre-Docente, Professor-Adjunto e Titular pela FAU-USP. Pós-Doutorado com pesquisa em Assentamentos Humanos na França (Orstom, FFSH, Unesco). Arquiteto e urbanista pela FAU-USP. Especialização em Ecologia pela Cetesb. Membro da Comissão Brasileira do Programa MAB – Unesco.

próprio espaço, nesse sentido, a cidade deixa de ser um conceito geográfico, para transformar-se em um símbolo complexo e inesgotável da experiência humana. O que torna a cidade bonita e hospitaleira é sua capacidade de expressar um microcosmo social e arquitetônico ordenado, no qual cada edifício, por sua dimensão, por seu refinamento e seu esplendor, mostra não só sua própria importância, mas também a importância de quem o encomendou e que ali vive.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; legibilidade; identidade; lugar; hospitalidade.

ABSTRACT: This article presents the desire to discourse if a city is, or not, hospitable, considering the coexistence of three fundamental dimensions: the accessibility, the legibility and the identity, closely related by the “scale”, the geographic and secular measures, that offer the comprehension of a city, either for the inhabitant, either for persons who make an approach to it, introduce themselves in it and make an appropriation of it. The hospitality supposes the welcome; it is one of the superior laws of the humanity, it is a universal law. To welcome is to allow, under certain conditions, the inclusion of the other in the proper space; in this case, the city forsakes of being a geographic concept and transforms itself into a complex and inexhaustible symbol of the human experience. The fact that transforms a city in a pretty and hospitable one is its capacity to express a social and an organized architectonic microcosm, where each building, regarding to its dimension, refinement and splendor, show not only its importance, but also the importance of who ordered it and who lives there.

KEY WORDS: accessibility; legibility; identity; place; hospitality.

A cidade

É o nosso desejo discorrer sobre o fato de que uma cidade é, ou não, hospitaleira em função da coexistência de três dimensões fundamentais: a acessibilidade, a legibilidade e a identidade, intimamente relacionadas pela “escala”, pelas medidas geográficas e temporais, que proporcionam a compreensão da cidade, seja para o habitante, seja para quem dela se aproxima, nela se introduz e dela se apropria. Essas dimensões que, isoladamente, aparecem em diversos estudos sociais, econômicos, culturais e urbanísticos, ligadas pelas medidas da cidade, correspondem a algo de novo que

pretendemos analisar adiante. Uma outra dimensão poderá ter sua presença mais marcante do que outra, o que poderia sugerir uma necessidade de adequação, ou seja, um certo equilíbrio entre as categorias de análise da cidade à luz dos princípios e das regras da hospitalidade.

A análise dessas categorias nos coloca à frente dos resultados concretos da ocupação e das ações sobre a cidade, dos moradores e dos hóspedes (turistas, homens de negócios, migrantes, estudantes etc.) no sentido mais amplo e real da relação entre anfitrião e hóspede.

O viajante

De modo quase intuitivo o viajante, o turista, o migrante quando chega a uma cidade e percorre os espaços que constroem essa forma urbana, é submetido a um sem-números de percepções, de situações e de processos importantes de informações. Estes lhe são impostos por elementos tangíveis e intangíveis, que o envolvem e o induzem a comportamentos hospitaleiros, ou não, caracterizados num espaço, perante o “*status*” de “estrangeiro”, “*status*” esse que tanto pode ser de “inimigo” como de “amigo”, dependendo de sua transformação e do tempo de adaptação ao contexto no qual ele deveria inserir-se. Esse espaço pode ser assumido como um espaço público, como lugar de contato, de trocas e de culturas, assim como espaço de coesão e de identidade. A Hospitalidade é, portanto, uma relação espacializada entre dois atores: aquele que recebe e aquele que é recebido; ela se refere à relação entre um, ou mais hóspedes, e uma instituição, uma organização social, isto é, uma organização integrada em um sistema que pode ser institucional, público ou privado, ou familiar.

De acordo com Henri Raymondo (1997), a hospitalidade pressupõe a entrada, a inclusão daquele hóspede em um sistema organizado, como modalidade de funcionamento já existente. Já foi dito que a hospitalidade é uma qualidade social antes de ser uma qualidade individual: é um fenômeno que implica uma organização, um ordenamento de lugares coletivos e, portanto, a observação das regras de uso desses lugares.

As regras de uso devem ser observadas e preservadas por meio dos princípios de hospitalidade como, por exemplo, assegurar a todos os cidadãos o acesso a equipa-

mentos e serviços, transportes públicos, trabalhos etc. Essas regras, que são fundamentalmente regras de hospitalidade, por meio da articulação entre público e privado, implicam relações entre grupos sociais, gerações, famílias e indivíduos. Essas regras, ainda, exprimem, em cada época, os valores sobre os quais se apóiam a comunidade social e a experiência coletiva.

A hospitalidade supõe a acolhida; é uma das leis superiores da humanidade, é uma lei universal. Acolher³ é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço. A hospitalidade, como diz Jacques Godbout (1997), é um dom do espaço; espaço a ser lido, habitado, atravessado ou contemplado.

Há cidades que oferecem espontaneamente informações (são todos elementos gráficos visuais, falados e televisados) que permitem ao estrangeiro orientar-se imediatamente sem dificuldades; são aquelas cidades que, por isso mesmo, procuram se identificar e ser identificadas. É o que poderia ser chamado de hospitalidade “informada”, “oferecida” pelas autoridades políticas e administrativas e também, de certa forma, pelos habitantes, fontes de conhecimentos para os estrangeiros.

Nas cidades, adequadamente identificadas, o estrangeiro sente-se acolhido, bem-recebido, sabe aonde tem que ir, encontra o que procura sem perda de tempo, passeia descompromissado e pode se dedicar à contemplação sem risco de se perder. A informação, nesse caso, assemelha-se ao dom. Oferecer e receber informação é um mecanismo de hospitalidade: a noção de dádiva torna-se sinônimo de “imagem da cidade”, de “identidade” e de qualidade urbana.

A hospitalidade da cidade passa, ainda, pelo ordenamento geral das paisagens urbanas e pela organização dos lugares públicos que englobam tipos e estatutos de espaços muito diferentes, onde alguns correspondem a situações e práticas tradicionais e outros aos centros comerciais, aos vazios urbanos em via de reabilitação, aos estacionamentos etc. Ao lado de muitos exemplos possíveis, é interessante aquele da praça que, no Ocidente, teve um papel considerável como lugar hospitaleiro. Na

³ O acolhimento, remanescente da antiga hospitalidade adaptada à hospitalidade moderna “é o conjunto dos comportamentos, das políticas e das técnicas praticadas para ter bom êxito na aproximação do turista (*hóspede*), no sentido de uma relação humana de qualidade, com o objetivo de satisfazer sua curiosidade, suas necessidades, gostos e aspirações, na perspectiva de desenvolver um encontro de trocas, de modo a estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres humanos.” (SEYDOUX, 1983)

cidade tradicional, a praça, enquanto centro vital, reunia funções que permitiam múltiplas práticas: praça da catedral, praça cívica, praça do mercado. A praça clássica era um “vazio” urbano organizado que tomava a forma e o caráter de tudo que se fazia conforme as horas do dia e as estações do ano. Ela era um resumo do passado, que tinha deixado seus traços; do presente, que a fazia viver conforme certos ritmos; e do futuro, que às vezes, se anunciava por meio de diferentes manifestações (RAFFESTIN, 1997).

A praça moderna perdeu muito do seu caráter hospitaleiro. Ela não é mais apenas um lugar de espetáculo e muito menos de encontros e de trocas gratuitas, do diálogo. Para Calvino (1972), a cidade não é um fim em si, mas um “lugar”, de onde emergem símbolos, que refletem nos mais variados estados do espírito humano. A cidade deixa de ser um conceito geográfico, para transformar-se em um símbolo complexo e inesgotável da experiência humana.

Estudar a cidade

Estudar a cidade é ir além de constatações óbvias sobre o real que se manifesta no urbanismo; é considerar outras importantes variáveis que dão referências e valores ao espaço urbano, seu caráter hospitaleiro ou não, a partir de sua referência visual, de sua história, onde a compreensão de patrimônio deixou de corresponder apenas à qualidade estética do bem em si, ampliando-se o conceito ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e do desenvolvimento socioeconômico das comunidades urbanas, responsável pela sua identidade e sua qualidade de vida.

A cidade constitui um nó epistemológico porque a montante da pesquisa científica, mono ou multidisciplinar, do projeto de políticas urbanas e do planejamento, mais ou menos integrado, há toda uma série de questões extracientíficas e pré-políticas. Vem disso uma tentativa de itinerário mental, onde o primeiro passo é representado pelo fato de que a cidade, como tal, está presente em boa parte das políticas de desenvolvimento, que vão da inovação tecnológica, da revolução cognitiva, das dinâmicas econômico-financeiras, até à presença de fenômenos migratórios, de manifestações multiculturais, de novas formas de *governance*. Além disso, outras situações referem-se às correlações entre urbanização e os fenômenos que se relacionam à saúde, à gestão da vida pública (o processo de democratização e a descentralização).

Daí, algumas reflexões importantes colocam em análise noções básicas, como de “território” (KOGA, 2003), assumido como um espaço que passa a ter significado a partir dos “atores que dele se utilizam”, no dizer de Milton Santos, pela leitura que dele pode ser realizada. A mesma autora mostra que os instrumentos usados para refletir sobre a cidade produzem medidas e, conseqüentemente, permitem avaliar, por meio de escalas e indicadores, os valores socioeconômicos, culturais e ambientais das intervenções urbanas que foram objeto de aplicações e resultados concretos, inclusive na valorização das relações entre as categorias de análise de que falamos. As medidas que nós desejamos estudar, referem-se às medidas territoriais, geográficas, além daquelas que são produzidas, de acordo com Dirce Koga, com os instrumentos utilizados para analisar as cidades. Entretanto, desejamos acompanhar o geógrafo Guy Di Méo (1996), que tem trabalhado os conceitos de espaço de vida e espaço vivido, fundamentando a concepção do território sob os aspectos da sua materialidade. O espaço vivido também é identificado como espaço global e total que reúne três dimensões: o conjunto dos lugares freqüentados pelo sujeito (o próprio espaço da vida), as inter-relações sociais imbricadas e os valores psicológicos que são projetados e percebidos. O território realizado, vivido e sentido, mais que referenciado e circunscrito, engloba os lugares que se singularizam em suas diferenças pelo seu valor de uso, por seu alcance real: os lugares concretos quais sejam — o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar.

O território, como “catalizador de potencialidades na reinvenção da cidadania” (KOGA), permite introduzir, no exame da realidade urbana, elementos caracterizadores da qualidade de vida, de políticas públicas voltadas para a inclusão social e de um corpo claro e concreto de ações visando a hospitalidade urbana, cuja inexistência caracterizou um longo período de fraco relacionamento com o turismo urbano, por exemplo.

Tratar, então, da vertente territorial, nos coloca novos elementos para a discussão da ética e da cidadania nas políticas públicas; implica considerar a cultura das populações, suas especificidades locais e os lugares onde se dão seus anseios, onde vivem e se relacionam, e, sobretudo, considerar suas potencialidades (KOGA).

O debate sobre o território conduzido hoje basicamente em diversos contextos acadêmicos, está trazendo de volta a discussão sobre o “lugar” e o “local”, ou seja, está resgatando os valores de pertencimento. Pois o pertencimento é vital: “desperterencidos e desapropriados de nossas raízes perambulamos por nossas cidades, sem mitos fortes que nos amarrem, nossas heranças se perderam e não temos o que colocar no lugar: somos seres desagregados e sem coesão” (FARIA, 2000). No entanto, a partir do desejo de pertencer a uma cidade, a um grupo, a um espaço ou a uma “tribo”, tem impulsionado movimentos sociais e ações culturais.

De acordo com Koga, ainda, estaríamos realizando uma apologia do passado diante do fenômeno da globalização, ou ainda, estaríamos nos aproximando “às comunidades, por causa do forte teor impessoal presente no mundo urbano contemporâneo, pois representariam, elas, um refúgio mais seguro e mais humano”. Aliás, esse resgate de certos valores urbanos, que em épocas passadas constituíam a base da urbanidade, e também de muitos princípios da hospitalidade, está sendo objeto de diversos estudos e pesquisas, inclusive nossas particulares, quando, à procura desses valores permanentes, visitamos diversas cidades medievais na Itália, França, Espanha e Portugal, ficando ainda muitas outras, de outros países, a serem visitadas em breve.

Alain Caillé coloca uma pergunta fundamental: “o que faz com que certas cidades sejam invisíveis, ao passo que, e ao mesmo tempo, outras proporcionam um charme perene? Porque um conjunto arquitetônico dialoga com seus interlocutores, enquanto outro nos deixa horrorizados?”. Essas questões vêm do fato de detestarmos cidades massificadas e grandes conjuntos que nos dão a certeza absoluta de uma perda irreparável da harmonia das cidades antigas; e, ao mesmo tempo, não podemos pensar em retornar àqueles tempos. Não há sentido imitar o antigo com o novo; como, portanto, construir nossas cidades?

A partir da certeza de que existe uma estreita relação entre o funcionalismo arquitetônico e urbanístico (Bauhaus e “Carta de Atenas”) e utilitarismo teórico, que dominou por mais de dois séculos nas ciências sociais, na filosofia política, a experiência da cidade moderna é aquela da ambivalência e, nesse sentido, Didier Lapeyronnie (1999) exprime admiravelmente essa “ambigüidade profunda” da cidade

moderna. Desejamos, de acordo com o autor, a ligação e a ruptura, o engajamento e a liberdade, a proximidade e a distância. “Ela deve carregar o passado e o futuro, o enraizamento e o desenraizamento, o desconhecido e o familiar, o parecido e o cosmopolita, a calma e a agitação, desejamos intensamente mudar e ficar os mesmos. Achamos nossas cidades, simultaneamente, magníficas e horrendas; amamos e detestamos nossas cidades modernas.”

Para continuar com essa análise, podemos nos interrogar, de início, sobre o mundo urbano que nós perdemos. Se a cidade antiga seduz, é porque ela se oferece para ser vista. Ela objetiva a apresentação de si, além de qualquer funcionalidade, numa dimensão de renovação originária do ser e do parecer.

O que torna a cidade bonita e hospitaleira é sua capacidade de expressar um microcosmo social e arquitetônico ordenado, no qual cada edifício, por sua dimensão, por seu refinamento e seu esplendor, mostra não só sua própria importância, mas também a importância de quem o encomendou e que ali vive. Se a construção pode, dessa forma, identificar o social, seu plano racional pré-concebido é, como nos diz Christian Norber-Schulz, em função da existência de um código, uma linguagem arquitetônica universalmente conhecida e compartilhada que permite a cada um de nós saber o que é uma igreja, um edifício público. Toda cidade possui esses tipos de edifícios. Cada um possui um estilo particular, exatamente como todo indivíduo possui um idioma ou um dialeto. Nesse quadro, todos conhecendo as regras sintáticas, semânticas e estilísticas, cada um é também livre para construir a seu modo: como o conhecedor de uma língua, está livre para utilizar as palavras que desejar, desde que respeite as regras do sistema.

Poder-se-ia, com efeito, apresentar essas reflexões no sentido de uma “apologia das hierarquias medievais bem-ordenadas e de uma veneração pela ordem” (ibidem CAILLÉ, 1999), chegando à conclusão de que a lógica da submissão a uma autoridade bem-determinada, que produz o cosmos cidadão ordenado e a beleza que disso resulta. O que não tem nada a ver com a estrutura de nossas cidades atuais identificadas, na maioria das vezes, com o caos urbano, a violência, a deterioração ambiental.

Assim, estudar a cidade é procurar quais elementos e estruturas podem lhe conferir o estado de hospitaleira ou, ao contrário, inospitaleira, isto é, as categorias que

já mencionamos — a saber, as categorias sociais, culturais, históricas, econômica e ambientais, consubstanciadas na acessibilidade, legibilidade e identidade desse espaço que denominamos cidade — amarradas pela distância geográfica e pela distância temporal, isto é, as medidas urbanas. Em geral, a espacialidade só pode ser compreendida como objetivamente mensurável. Entretanto, a geografia da renovação urbana atual, a escala das modificações das estruturas urbanas e a complexidade das espacializações resultantes escapam completamente da apreensão e do controle dos indivíduos. Institue-se uma geometria urbana que não é mais incluída na experiência dos habitantes da metrópole. Isto implica refletir sobre a perda da escala humana, típica da cidade tradicional, da supressão de um padrão de medida, ocasionando estruturas descontínuas e relações sem hierarquia, ignorando as medidas de distância próprias do espaço contínuo. Entretanto, não se pode deixar de considerar as relações do cidadão, do homem comum, que se realizam concretamente no “lugar”, no plano da vida cotidiana. Neste sentido, e isso é fundamental, o homem não habita a metrópole, mas “lugares” da metrópole, onde se dá a sua vida, marcada pelos trajetos cotidianos e pelos contatos com outros indivíduos que compartilham esses lugares.

A acessibilidade na cidade

A acessibilidade evoca diversos conceitos ligados às possibilidades de acesso dos indivíduos, ou de grupos sociais, a certas atividades ou a certos serviços que estão presentes na cidade, devendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos e, por isso, o acesso à cidade é um direito de todos. Pode ser considerada como a disponibilidade de instalações (levando em conta os limites de capacidade dos equipamentos urbanos), ou de meios físicos, que permitem esse acesso (considerados, ao mesmo tempo, os meios de transportes e o uso do solo), ou ainda, de acessibilidade socioeconômica (levando em conta a distribuição de renda).

Do que já foi considerado e de trabalhos já realizados, chega-se a um conceito de acessibilidade física tangível, que se refere ao estado do sistema de transporte, do sistema de infra-estrutura viária; e à localização do espaço das atividades ou serviços urbanos para os quais se deseja ter acesso. No âmbito da cidadania, é fundamental

que seja garantido o acesso à cidade; pois muito mais do que isso, engloba a possibilidade do homem viver na cidade de acordo com as exigências da vida moderna, tendo a seu alcance um lugar seguro, com água, rede de esgotos, drenagem, acessos, serviços, transportes adequados, educação, saúde, trabalho, lazer.

Na análise dessa acessibilidade freqüentemente criam-se um ou mais indicadores e deve-se responder a algumas perguntas: acessibilidade para quem? (qual categoria de usuário?); vindo de onde? (de sua residência, do trabalho); indo para onde? (para aqueles serviços ou para um lugar de trabalho); em que momento? (na hora de uma clara necessidade, nas horas de pico); com que tipo de transporte? (automóvel, transporte coletivo, a pé); com quais informações sobre a forma e a estrutura da cidade? (informações completas ou parciais sobre a rede de transporte público, sobre a localização dos serviços ou das atividades procuradas). Dessa maneira, o acesso à cidade para todos os habitantes é o conceito básico que orienta qualquer possibilidade de uma política urbana correta.

Nessa análise é quase obrigatório passar à distância geográfica e à distância-tempo (unidade de medida mais adequada no trânsito caótico das metrópoles) aplicando fatores de conversão ligados à velocidade média dos modos de transporte na cidade (a pé, demoro tantas horas; de carro, posso chegar em tantos minutos, mesmo percorrendo espaços mais amplos; o sistema de transporte pode tomar tempos diferentes ao se utilizar o metrô ou o ônibus).

Ao lado dessa acessibilidade física, tangível, há outro tipo de acessibilidade que se poderia denominar de intangível, ou até de virtual: trata-se da acessibilidade à cultura, à informação que pode se dar pela possibilidade da população da cidade ou de estrangeiros, ter condições de freqüentar uma escola, um curso, um sistema de lazer. O que viria a atender a um certo tipo de direito da população e até a um desejo à cidadania, fundamentalmente. A essência da cidade é justamente o estímulo à aproximação entre seus habitantes, o que cria as condições para a interação social e define o espaço urbano como público, acessível, lugar das diferenças, da heterogeneidade. Uma boa qualidade de vida, e, portanto, de hospitalidade, é condição para o desenvolvimento urbano e é uma condição estratégica da cidade.

Com a emergência do denominado “paradigma ecológico” e a idéia de desenvolvimento sustentável — entendendo o paradigma como um complexo interativo de várias dimensões — ganha destaque o papel das diversidades culturais (FARIA, Hamilton. *Polis*. n. 36, 2002). Nesta situação, não é suficiente uma boa gestão, um desenvolvimento econômico local razoável ou um planejamento urbano eficaz, se nestes processos não estiverem presentes valores democráticos e direitos culturais, como pensar, criar, agir, imaginar e sonhar com liberdade, enfim, o direito de cada um criar e recriar sua própria existência. Diz respeito, ainda, à construção e vivência de mitos, ao encontro de raízes, à eleição de valores e ao compartilhar experiências sadias de sociabilidade e espiritualidade.

Se no caso da acessibilidade física e tangível tivéssemos que criar indicadores, seriam eles fundamentalmente relacionados com o espaço e o tempo. No caso de acessibilidade intangível, ou virtual, trata-se de ter acesso à cidadania. O que implica um outro tipo de análise a ser realizada em outros trabalhos. A Organization de Coopération et de Développement Economique – OCDE, em 1978, editou um resumo de trabalhos executados em diversos países membros da Organização sobre “Indicadores ambientais urbanos”, por sinal, o primeiro trabalho de grandes conseqüências realizado sobre esse assunto. A um certo estágio, o estudo, no momento em que se descrevem as “preocupações” referentes ao ambiente urbano, chega-se a propor e a descrever essa preocupação em função de: acessibilidade aos serviços comerciais; aos serviços de saúde; aos serviços de educação; aos serviços de lazer; aos serviços de transportes; aos serviços de segurança e proteção; e aos serviços de emprego. E, ao descrever essas preocupações, o estudo, inclusive por meio de indicadores específicos, chega a propor soluções concretas, que viriam melhorar a qualidade de vida urbana e, conseqüentemente, os elementos básicos da hospitalidade pública. Deve-se considerar que, e em se tratando de serviços públicos e de espaços públicos, o problema torna-se um verdadeiro problema urbano, pois sua adequada solução contribui amplamente a dar uma imagem hospitaleira à cidade e a favorecer a coesão das práticas sociais e culturais. (A legibilidade e a identidade dos espaços públicos são temas da mesma dimensão.)

O fato de considerar o espaço público (leia-se também serviços públicos), numa visão global de espaço citadino, supõe que se possam levantar os obstáculos ligados

à grande diversidade do “estado” e do “uso” daquele espaço; para chegar a esse espaço, usufruir desse espaço, é necessário ter acesso a esse mesmo espaço. E mais, o espaço público é, por definição, território de partilha coletiva, cuja apropriação não pode ser exercida por ninguém em particular.

Faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço não só de habitação, mas também de vivência e convivência. Significa morar bem, passear prazerosamente e com segurança, usufruir adequadamente dos serviços; esta visão do território parece distanciar-se cada vez mais do cotidiano dos grandes centros urbanos, pois, aliada ao fato de regiões periféricas destas metrópoles serem normalmente desprovidas de condições básicas de sobrevivência, ocorre uma forte tendência de segregação sócio-espacial. Não somente a vida cotidiana parece fragmentar-se por meio das distâncias que separam a moradia do trabalho, dos serviços de lazer, como também as relações sociais de proximidade parecem restringir-se.

Uma análise mais avançada poderia nos conduzir a um certo número de questões que estão no âmago da nossa reflexão:

- a incidência das novas técnicas de comunicação e das novas relações com o habitat, com os transportes, com a mobilidade e com o tempo, proporcionando nova significação, uso e concepção de espaços públicos (correlação imediata com a legibilidade da cidade);
- as inter-relações que se estabelecem entre os signos da urbanidade contemporânea (monumentalidade, arquitetura, imagens, arte urbana, design urbano) e a valorização dos espaços ambientais (relação estreita com a identidade da cidade).

Apesar de sua simplicidade aparente, os termos “espaço público” e “espaços públicos” não fazem parte do vocabulário cotidiano de nossos homens públicos (no caso brasileiro: os vereadores), pois pouco falam daqueles conceitos, e designam com simplicidade os espaços urbanos, considerando mais as funções e os equipamentos que os caracterizam: a praça da prefeitura, o mercado, a praça do teatro, da estação de ônibus, o estacionamento, o centro antigo, o centro comercial etc. A noção de

espaço público, hoje, exprime-se por meio de uma fragmentação de lugares ou de projetos particulares. Por seu lado, os engenheiros, arquitetos e pessoal ligado a serviços técnicos ficam mais atrelados a outra terminologia que reflete sua formação e suas intervenções: sistema viário, redes, eixos, acessos, espaços verdes etc.

Para ir um pouco além daquela “simplicidade aparente”, o espaço público condensa pelo menos três interpretações da realidade urbana que, de modo resumido, referem-se a:

1. Interpretação jurídica: do ponto de vista jurídico, o termo espaço público não reconhece uma definição própria. É caracterizado por um estatuto de propriedade, ao mesmo tempo por aplicações e usos. Recobre ao mesmo tempo a categoria de domínio público, definido pelo direito público, em oposição aos bens privados, regidos pelas regras do direito civil, e a idéia empírica de espaço aberto a todos, tal como se dá pelo uso, sem serem aparentemente objetivo de qualquer restrição.
2. Da esfera pública e da esfera privada: as relações entre esfera pública e esfera privada refletem em cada época uma certa ordem social. Delimitam o espaço da vida social, definem a forma de sociabilidade e traduzem concretamente um tipo de habitat, de formas urbanas e de sistemas urbanísticos. Elas exprimem em cada época os valores sobre os quais repousam a comunicação social e a experiência coletiva.
3. Interpretação sobre as práticas arquitetônicas e as teorias urbanísticas. A organização morfológica da cidade da Idade Média não estava submetida a nenhuma regra rígida. O espaço urbano se desenvolvia espontaneamente em volta dos átrios das igrejas e do mercado.

As ruas, lugares de trabalho, de trocas, de festividades eram, de início, “espaços de contato”. Com o Renascimento, a arte urbana, como arte da representação do poder religioso e da nobreza, deu lugar apenas a palácios e jardins, praças e fontes. É no século XVII que praças e avenidas, constituem tramas para a futura expansão da cidade.

A legibilidade na cidade

A outra categoria que desejamos analisar refere-se à legibilidade de uma cidade, de um espaço urbano.

Por legibilidade entende-se a qualidade visual de uma cidade, de um território, examinada por meio de estudos da imagem mental que dela fazem, antes de qualquer outro, os seus habitantes. Essa imagem mental é uma referência, é uma estrutura gramatical e sintática que, por analogias e pela construção de um sistema, exprime-se pela codificação de mensagens, e, em seguida, pela decodificação dessas mesmas mensagens, cujas interpretações só poderão dar-se se os códigos de emissão e de leitura forem compatíveis. Com legibilidade pretende-se indicar a facilidade com que as partes de uma cidade podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente. Esses conceitos desenvolvidos por Kevin Lynch (1996), nos permitem resgatar essas análises, ainda atuais. Kevin Lynch, considerava legível uma cidade, ou um território, quando os bairros, marcos ou caminhos pudessem ser facilmente reconhecíveis e agrupados num modelo global.

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata, quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e a orientar ações.

A interpretação da imagem da cidade dá-se, também, por uma ótica qualitativa e pela elaboração de algumas hipóteses de trabalho, de seleção de indicadores, por um método específico, que possibilite representar a cidade, “à medida que se desvendam aos nossos olhos os códigos característicos de uma rua, de alguns edifícios ou de bairros” (CANEVACCI, 1997). Pode-se delinear, assim “uma cidade que se comunica com vozes diversas e todas co-presentes: uma cidade narrada por um coro polifônico”. Os estudos de Canevacci permitem elaborar uma metodologia de comunicação urbana, por meio da multiplicação de enfoques — os “olhares” ou “vozes” — relacionados com o mesmo tema, que é a própria cidade. Uma cidade que será “lida” e interpretada usando-se pontos de vista diferentes, vozes autônomas, com suas regras, seus estilos, suas improvisações; isso tudo determinado por comunicar

seu estilo particular de vida, os valores, as crenças, os comportamentos explícitos e implícitos, que os antropólogos costumam chamar de “cultura”.

Existe uma comunicação dialógica entre esse determinado edifício e a sensibilidade de um cidadão, que elabora percursos absolutamente subjetivos e imprevisíveis. Por exemplo, eu posso preferir determinadas ruas em determinadas horas do dia, razão pela qual escolho meus itinerários urbanos, não somente em termos vantajosos quanto à rapidez dos movimentos, mas também pelo fluxo emotivo que se libera quando atravesso essas ruas e não outras.

Afinal, conforme Canevacci, a cidade é o lugar do olhar. Por isso, a comunicação visual se torna o seu traço característico. O olhar significa não somente olhar, mas também ser olhado. A comunicação urbana é vista e interpretada de um ponto de vista antropológico, porque as formas ou os modelos culturais, que constituem as diferenças, se estenderam aos modos de pensar, de sentir, de agir.

Cultura é, fundamentalmente, desenvolvimento humano: construção de valores da paz e da solidariedade, modos de vida saudáveis, imaginário rico e fundamentado em utopias possíveis e impossíveis, identidades abertas a novas vivências, poéticas de um mundo novo. Enfim, é também um espetáculo que celebra a comunidade humana e não apenas o sombrio mundo dos negócios (CANEVACCI, 1997).

De um ponto de vista semiótico, por outro lado,

decodificar o urbano, entender sua lógica, supõe o reconhecimento da sintaxe, do modo de formar que o identifica, das faixas de linguagem que se combinam na sua constituição, da possibilidade de romper aquela homogeneidade, a fim de projetar elementos de predição, de qualificação. A essa operação damos o nome de percepção urbana, enquanto modo de reter e gerar informações sobre a cidade. (FERRARA, 1988)

A semiótica do ambiente urbano procura pesquisar a relação entre três unidades básicas do ambiente urbano; ou seja, em tradução científica, podem gerar, se relacionadas, três operações fundamentais: percepção, leitura e interpretação (idem, 1988).

A análise de textos não-verbais, por meio da metodologia da leitura não-verbal, pressupõe essa síntese integradora entre características sociais, econômicas e culturais por meio da linguagem; toda prática humana é cultural e, necessariamente, representativa, ou seja, esta representação concretiza nossos próprios pensamentos. Segundo Pierce (1958) “não podemos pensar sem signos”.

Se cada sentido funciona como elemento caracterizador de percepções determinadas e singulares, e cada código cria a sua própria sintaxe e maneira de representar, toda a representação é uma codificação do mundo, um simulacro do Universo e, portanto, uma informação cultural diferenciada. Nesse sentido, torna-se óbvio que, para decodificar qualquer sistema, é imprescindível reconhecer o signo e a sintaxe que o identificam (PIERCE, 1958).

Assim, a cidade é a mensagem à procura de significado que se atualiza no uso. A relação de um uso é o instrumento de que lança mão o usuário para explicitar o significado dos elementos que povoam seu ambiente (FERRARA, 1988). Esta carga significativa, sistematizada, poderá ser prevista em um código e utilizada coletivamente. O código apresenta, pois, o repertório dos usos que se tornaram significativos e será tão mais amplo, sua taxa informacional será tanto mais elevada, quanto maiores forem as possibilidades expressivas daquele código. Não é aqui o momento e o lugar de estender uma análise semiótica da cidade, mas, sem dúvida, nos oferece instrumento científico à altura da complexidade do objeto de estudo.

Identidade e cidade hospitaleira

Seguidos estudos sobre a identidade, entendo-a como algo formado ao longo do tempo, chegam à conclusão que as velhas identidades, por muito tempo baluartes do mundo social, estão em franca dissipação, fragmentando o indivíduo moderno até então considerado um sujeito unificado e criando novas identidades.

A chamada “crise de identidade” é parte de um processo amplo e universal, de mudanças que abalam as referências dos indivíduos ancorados naquele mundo (HALL, 2003). “Essa identidade é sempre incompleta — afirma Stuart — está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo reformada’”. E isso é decorrente do fato de que os horizontes temporais se encolhem chegando a demonstrar que o presente é tudo o que existe (HARVEY, 1989). Dessa forma temos que “aprender a lidar com o sentimento de compressão de nossos mundos espaciais e temporais” (idem).

Tempo e espaço dão coordenadas básicas da “representação”, cujos meios a escrita, a pintura, o desenho, a fotografia, traduzem seu objetivo em dimensões espaciais e temporais.

Mas, no discurso do “consumo” global, que é permanente no contexto atual, as diferenças culturais, que até então definiam a “identidade”, vêem-se reduzidas a uma linguagem internacional, em cujos termos todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural”.

Neste ponto de vista, devem ser consideradas algumas contratendências, como o fato de que, ao lado da direção para ou a homogeneização global, há uma fascinação com a “diferença” e com a mercantilização da etnia e da “alteridade” (HALL, 2003), isto é, há um novo interesse pelo “local”. Em vez de pensar no global como substituindo o local, seria mais certo pensar numa nova articulação entre o global e o local, parecendo bem provável uma produção simultânea de novas identificações locais.

Algumas delas gravitam em volta do que se pode chamar de “tradição”, tentando recuperar sua pureza anterior, reunindo certezas que são sentidas como perdidas. Outras concordam que as identidades estão sujeitas à história, à política, à representação e à diferença, sendo improvável que outra vez sejam elas unitárias ou “puras”.

Essa oscilação entre tradição e tradução está cada vez mais evidente num quadro global: as identidades culturais que estão emergindo em toda parte não são “fixas”, estão em “transição”, retiram seus conteúdos a partir de diferentes tradições culturais, e são produtos cada vez mais comuns no mundo urbano globalizado.

Como “tradução”, descrevem-se formações de identidades compostas por pessoas que foram “retiradas” para sempre de seu lugar natal. Essas pessoas têm fortes vínculos com suas terras de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que agora vivem, sem perder completamente sua identidade. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares. As pessoas pertencentes a essas “culturas híbridas” estão irremediavelmente “traduzidas”, pessoas migrantes que pertencem a dois mundos ao mesmo tempo, são “homens traduzidos”. As culturas híbridas constituem um dos tipos de identidades novas, produzidas na era da modernidade tardia, e estão definitivamente presente nas cidades, particularmente aquelas de crescimento relativamente recente.

Assim, a nossa análise da hospitalidade na cidade deve considerar que, como símbolo na memória social, a imagem é composta pela utilização do espaço, pela

apropriação do patrimônio cultural, pelas tipologias arquitetônicas etc. “A cidade é um sistema de signos, um vocabulário dominado pelo cidadão. Os lugares vivos constituem referências para a memória e as culturas locais. É essencial o cultivo da memória urbana. O historiador, o poeta, o músico fazem do todo e dos fragmentos da cidade, o foco da organização de lembranças e da liberação de emoções. A emoção impregna o meio ambiente popular urbano. A cidade é um composto de pedras e tijolos acumulados, e de costumes e afetos praticados pela população urbana” (CANEVACCI, 1998). A vida, no plano do cotidiano do habitante, dá-se no lugar produzido para esta finalidade e o lugar da vida constitui uma identidade habitante/lugar, criada na relação entre os usos, pois é por meio dos usos que o cidadão se relaciona com o lugar e com o “outro”, criando uma alteridade, uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido.

A cidade retoma seus espaços não como signos vazios, apenas relatados na historiografia, mas como algo vivo, sempre em uso, necessário e amado, lugares de confluências das memórias passadas e, sobretudo, das memórias futuras (idem).

Entretanto, nessas últimas gerações, as cidades sofreram transformações ambientais de tal ordem que passaram a não ser reconhecidas até pelos seus próprios habitantes. Como dar ao estranho, a quem chega na cidade por qualquer que seja o motivo, negócios, visitas, turismo, a possibilidade de se apropriar, de ler e interpretar um espaço completamente desestabilizado, onde seu próprio habitante não tem compromissos frente à agressão ao meio físico?

Recuperação de estruturas degradadas — incluindo os centros históricos das metrópoles — reciclagem de subprodutos industriais e resíduos domésticos, reabilitação de terras erodidas, poupanças e uso da água e da energia, prolongamento da vida útil de instalações por meio de manutenção sistemática, liberação do trânsito urbano congestionado, são apenas tarefas mais óbvias da criação de economias social e ecologicamente adequadas às possibilidades e limitações das sociedades metropolitanas. Trata-se de eliminar deseconomias de aglomeração e externalidades negativas acumuladas no processo de crescimento da aglomeração urbana.

A exigência de uma espacialização justifica-se no tempo; tempo e forma conformam uma singularidade que é produzida coletivamente por meio da superposição de imagens.

Essas são as “imagens topológicas” (ou geográficas), que têm como ponto de partida a paisagem física; a “imagem arquitetônica” (ou imagem patrimonial); e a “imagem ação”, elaborada a partir do uso que é dado aos edifícios e aos espaços do lugar. As percepções sonoras e olfativas ajudam a compor essa imagem. A superposição dessas imagens, uso–edifício–paisagem, determina uma outra imagem, a “imagem simbólica”, talvez a mais permanente, composta a partir do todo, ou de uma parte, ou até mesmo da caracterização das outras imagens. A procura por essa imagem dá visibilidade à cidade receptora, à cidade hospitaleira. Dessa forma, a própria identidade é alcançada pela relação entre sistemas espaciais, temporais, e sociais da cidade, ou ainda, por fatores culturais, tais como a organização da comunicação e o sistema de lugares.

Assim, o recurso da identidade local é sempre visto sob o prisma do olhar político-administrativo ou da única dimensão cultural do momento, e corresponde à ligação com a história do desenvolvimento do território, sendo a identidade local, também, a imagem do território.

As cidades, descaracterizadas enquanto singularidades, só poderão adquirir feição própria com um amplo debate que valorize suas experiências, suas histórias e histórias, suas narrativas, sua memória e a arte local, seus mitos, tradições, as culinárias, a medicina antiga, os patrimônios, entre outras formas de expressão cultural. Não são identidades nostálgicas, puro saudosismo de uma época de ouro que não retorna mais; a identidade é móvel, está aberta a novas interculturalidades, porém sem o esquecimento de suas origens.

É necessário ressaltar uma representação forte e original do território numa perspectiva cultural (identitária), econômica, social, da melhoria da qualidade de vida, criar empregos, permitir que a população viva no local.

Contra a tendência da uniformização das paisagens, dos lugares urbanos, dos modos de vida, dos modos de ver e de fazer, o apelo à identidade é um resgate da coletividade ameaçada de se dissolver numa subcultura de massa, não a fim de refutar a mundialização, mas dela participar esforçando-se de salvaguardar sua integridade e de ordenar seu destino. Isso refere-se a criar um senso comum do grupo, uma força de coesão, um conjunto de referências para orientar a ação e desenvolver processos

de adaptação à mudança. Esse processo tem sentido e ligação para os habitantes, e o torna excepcional e interessante a ser descoberto pelo estranho, pelo turista, pelo hóspede, em particular. A identidade de uma região, de uma cidade, é, ao mesmo tempo, o passado vivido por seus atores e um futuro desejado por eles. Maria Lucinda Fonseca (2001) considera que a origem da mobilização política e social, para a salvaguarda e a valorização do patrimônio, reside em várias ordens de fatores, a globalização e o reforço das identidades locais, entre outros.

Assim, parece que se fazem necessárias novas formas de resgatar o pertencimento ao lugar, à cidade. Neste sentido, as metodologias de representação das desigualdades e de totalidade da cidade contribuem para uma identificação maior dos cidadãos com o lugar a que pertencem, permitindo-lhes, ao menos, acesso ao conhecimento do lugar.

A única possibilidade de construir a hospitalidade pressupõe a capacidade de conhecer a cidade como ela é, sobretudo de reconhecê-la como realidade.

Manuel Castells (1999) entende por identidade, no que diz respeito a atores sociais, o processo de construção com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, podendo haver identidades múltiplas. Essas identidades constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles organizadas e construídas, por meio de um processo de individualização, definindo o significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade de ação praticada por aquele ator. Daí não ser difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. Esta construção vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

Todas essas matérias-primas, porém, são processadas pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seus significados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Esse espaço de que nós falamos é para ser tomado no sentido figurado, no sentido próprio da terminologia. Pois, não somente o lugar, como o espaço social, implica temporalidades que lhes são próprias, mas também conflitos próprios interpessoais,

ligações sociais que podem se tornar também conflitos próprios da hospitalidade. Aliás, os inconvenientes da hospitalidade, as diversas formas da não-hospitalidade não são menos ricas em ensinamentos do funcionamento de um acolhimento, muitas vezes ambíguo, certamente complexo, na forma de compartilhar o que a hospitalidade implica: compartilhar o território, compartilhar alimentos na comensalidade, compartilhar a informação, as palavras, os valores e afetos.

Com certeza todas essas questões merecem, sozinhas, diversos e volumosos estudos. Mas não é esse o propósito desse trabalho.

Referências

- AAVV. Villes bonnes à vivre. Villes invivables. *Rev. du M.A.U.S.S.*, n. 14, Paris: La Découvert, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Walter Gropius e a Bauhaus*. São Paulo: José Olympio, 1996.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CALVINO, Ítalo. *Le città invisibile*. Torino: Ed. Einaudi, 1972.
- CANEVACCI, Massimo. *A Cidade Polifônica: ensaio sobre a antropologia de comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- FARIA, Hamilton. O Desenvolvimento cultural como desafio. *Revista Polis*, São Paulo, n. 36, 2000.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FONSECA, Maria L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GHORRA-GOBIN, Cynthia. *Reinventer le sens de la ville: les espaces publics à l'heure globale*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- GODBOUT, Jacques. Recevoir c'est Donner. In: *Communication* 65. Paris: Du Seuil, 1997.

- GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GOTTMAN, Anne. *La question de l'hospitalité*. Essai sur le fondements sociaux de l'accueil de l'autre. Paris: PUF, 2001.
- GRINOVER, Lucio. Hospitalidade. Um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, Celia Maria de Moraes. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole, 2002.
- _____. Hospitalidade e qualidade de vida: instrumentos para a ação. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO Marielys Siqueira. *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Thomson, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- JOSEPH, Isaac. *La ville sans qualités*. Paris: De l'Aube, 1998.
- KOGA, Dirce. *Medidas das cidades*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LAPEYRRONNIE, Didier. La ville em miettes. *Rev. du M.A.U.S.S.* 2. sem. 1999. Paris: La Decouverte, 1999.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Formes et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1973.
- MONTANDON, Alain. *Espaces domestiques et privés de l'hospitalité*. Clermont-Ferrand: P. U. Blaise Pascal, 2000.
- _____. *Espaces de hospitalité*. Clermont-Ferrand: P. U. Blaise Pascal, 2000.
- _____. *Hospitalités: hier, aujourd'hui, ailleurs*. Clermont-Ferrand: P. U. Blaise Pascal, 2004.
- NORBER-SHULZ, Christian. *Intenzioni in Architettura*. Milano: Lerici, 1967.
- O.C.D.E. *Indicateurs d'environnement urbain*. Paris: OCDE, 1978.
- PIERCE, C. S. *Collected papers*. Cambridge: Harvard University Presses, 1931/1958.
- RAFFESTIN, C. Reinventer l'hospitalité. In: *Communication*, 65. Paris: Du Seuil, 1997.
- RAYMOND, H. Itinéraire mental de l'urbain hospitalier. In: *Communication*, 65. Paris: Du Seuil, 1997.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEYDOUX, José. *De l'hospitalité à l'accueil*. Denjes, Suíça: Delta & Spes S.A., 1983.

Artigo recebido em junho 2005

Aprovado em setembro 2006